SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 155, DE 2005
(Nº 338/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Os méritos do Embaixador Edmundo Sussumu Fujita que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 177 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 12 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o País e curriculum vitae do Embaixador Edmundo Sussumu Fujita que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDMUNDO SUSSUMU FUJITA

CPF.: 57354600806
ID.: 6223 MRE/DF

1950	Filho de Yoshiro Fujita e Chiyoko Fujita, nascido em 7 de março, em São Paulo/SP
1972	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
1974	Instituto de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade de Tóquio, Pesquisador
1976	Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
1976	Divisão da Ásia e Oceania, Assistente
1978	Segundo Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
1979	Missão Econômica em Londres (Rebrasion), Segundo Secretário
1979	III CAD
1980	Mestre em Política Comparada (M.Sc.Econ) pela London School of Economics and Political Science
1981	Medalha Mérito Santos Dumont
1982	Primeiro Secretário, por merecimento, em 22 de dezembro
1982	Embaixada em Tóquio, Primeiro Secretário
1985	Embaixada em Moscou, Primeiro Secretário
1986	Medalha Mérito Tamandaré
1986	Ordem do Tesouro Sagrado,(Japão) terceiro grau
1988	Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
1989	Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
1989	The prevention of geographical proliferation of nuclear weapons: nuclear-weapons-free zones and zones of peace in the Southern hemisphere, UNIDIR, 1989, Genebra
1990	Chefe, substituto, da Divisão das Nações Unidas
1990	Delbrasonu, Conselheiro
1993	Conselho de Segurança das Nações Unidas, representante alterno do Brasil
1993	XXVI CAE - As equações do poder e do saber nos regimes de não-proliferação

1995 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Subsecretário de Análise e Avaliação

1995 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de dezembro

1996 O Tratado de Não Proliferação Nuclear, in Parcerias Estratégicas, 1996, Brasília

1996 Confidence Building Measures in Outer Space: some political considerations, in Building Confidence in Outer Space Activities, 1996, UNIDIR, Genebra

1996 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador

1996 Ordem do Rio Branco, Grande Oficial

1996 O Brasil e o Conselho de Segurança (Notas sobre uma década de transição: 1985-1995), in Parcerias Estratégicas, 1996, Brasília

1997 Ordem do Mérito Naval, Comendador

1998 The Brazilian policy of sustainable defence, in International Affairs, The Royal Institute of International Affairs, Chatham House, 1998, Londres

1998 Uma Política de Defesa Sustentável para o Brasil, in Parcerias Estratégicas, 1998, Brasília

1999 Assessor Especial do Ministro Extraordinário para Projetos Especiais

1999 Departamento da Ásia e Oceania, Diretor

1999 No place for missile programmes in South America, Department for Disarmament Affairs, United Nations, Nova York, 1999

2002 Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial

2002 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 30 de dezembro

2003 O Brasil e a China: uma parceria estratégica modelar, in Política Externa, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2003

2003 O Brasil e a Ásia no século XXI. Ao encontro de novos horizontes. Organizador. Brasília. IPRI, 2003

2003 Desafios e oportunidades para o Brasil no quadro asiático, in Cadernos Adenauer, ano IV, 2003, no.4, Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro

2004 I, II, III, IV, V e VI Reuniões de Altos Funcionários do Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste, FOCALAL, entre 1999 e 2004. Chefe de Delegação.

2004 II Reunião de Ministros do Exterior do FOCALAL. Manila. Chefe de delegação e Representante especial do Ministro de Estado.

2004 VI Reunião de Alto Nível Mercosul-Japão. Tóquio. Chefe da delegação brasileira.

2004 Conferência sobre Oportunidades e Desafios oferecidos pela China para a América Latina e Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, Representante do Brasil

Claudia D'Angelo

CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

INDONÉSIA



Dados Básicos – Indonésia

- **Área:** 1.826.440 km²
- **Capital:** Jacarta
- **População:** 241.973.879 (estimativa para julho de 2005)
- **Idiomas:** indonésio (oficial), inglês e dialetos locais
- **Religiões:** Muçulmana 88%, Protestantismo 5%, Apostólico Romano 3%, Hindu 2%, Budismo 1%
- **Sistema Político:** Presidencial, com Legislativo unicameral
- **Chefe de Estado e de Governo:** Presidente Susilo Bambang Yudhoyono
- **Chanceler:** Hassan Wirajuda
- **PIB (PPP):** US$ 827.4 bilhões (2004)
- **PIB per capita (PPP):** US$ 3,500 (2004)
- **Unidade monetária:** Rúpia

A Indonésia é um país-arquipélago, com 17.508 ilhas que somam, no total, 5.193.250 km2, sendo 2.027.087 km2 de terra e 3.166.163 km2 de território marítimo. Há cinco ilhas principais (Sumatra, Java, Kalimantan, Sulawesi e Irian Jaya), dois arquipélagos maiores (Nusa Tenggara e Molucas) e sessenta arquipélagos menores. A área marítima (incluindo a zona econômica exclusiva) é quatro vezes maior do que a superfície terrestre. O arquipélago indonésio situa-se na confluência dos oceanos Pacífico e Indico e entre a Ásia e a Austrália.

O clima é tropical úmido, com temperaturas mais amenas nas montanhas. Na região mais povoada do país (Oeste), a estação seca vai de junho a setembro e a de chuvas, de dezembro a março.

A Indonésia detém a segunda maior superfície de floresta tropical do mundo, após o Brasil, e seguida de perto pelo Congo. Por sua extensão, clima tropical e localização geográfica, é também um dos países com maior biodiversidade no planeta.

A Indonésia é o quarto país mais populoso do mundo, com população estimada, em julho de 2005, de 241 milhões de habitantes. O maior grupo étnico é o javanês, que representa 45% da população, seguido pelo sundanês (14%), madurense (7,5%) e malaio (7%). O idioma oficial é o "bahasa indonésio". Quase 90% da população professam o islamismo, o que faz da Indonésia o maior país muçulmano do mundo.

História

A história pré-colonial da Indonésia é marcada pelos esforços de grupos locais para proteger suas identidades próprias. Os mesmos interesses locais prevaleceram na ilha de Java, onde o solo vulcânico e a ampla rede fluvial favoreceram o desenvolvimento do cultivo do arroz irrigado nos vales, onde se estabeleceram grupos populacionais densos, mas relativamente isolados e incapazes de impor sua dominação aos demais. A proximidade do mar, longe de formar um senso de identidade, encorajou ainda mais o particularismo de comunidades que se limitavam a faixas costeiras ou vales. A história antiga da Indonésia é, por conseguinte, composta por diversas histórias regionais que somente com o tempo passariam a se influenciar mutuamente, com a ascensão e queda de inúmeros impérios e reinos.

Laços comerciais estreitos existiram com a Índia antes do Século XVI. Tais laços asseguraram a formação de impérios poderosos nesse período, fundados nas crenças budista e hindu. A influência cultural de ambas as religiões permanece forte em muitas partes da Indonésia. A introdução da religião islâmica no Século XIII foi seguida de paulatina islamização do arquipélago. No entanto, os territórios que atualmente integram o país nunca se constituíram numa entidade política única, antes do estabelecimento do Governo colonial dos Países Baixos.

Os interesses europeus na Indonésia acentuaram-se a partir da busca por especiarias para serem comercializadas na Europa, ocorrida nos séculos XV e XVI. A criação da Companhia das Índias Orientais, em 1602, abriu campo para o gradual domínio batavo na Indonésia. Em 1799, o Estado neerlandês assumiu diretamente os interesses da Companhia das Índias Orientais, e iniciou-se período de conquista colonial, que se estendeu até a primeira metade do Século XX.

A despeito dos diversos movimentos de protesto havidos no passado, o nacionalismo indonésio é um fenômeno do Século XX. A ocupação holandesa contribuiu

para disseminar um sentimento de comunidade que não existira até então. O nacionalismo não se limitava, no entanto, a um sentimento anti-holandês; foi também um movimento intelectual, propiciado pelo surgimento de uma elite urbana educada, mas sem oportunidades de emprego correspondentes; ocidentalizada, mas ainda ligada à sociedade tradicional.

A criação, em 1908, da sociedade cultural *Budi Utomo,* por Wahidin Sudirhusodo, marca o início do nacionalismo organizado. Mais importante numericamente foi a *Sarekat Islam* ("Associação Islâmica"), que já em 1919 contava pelo menos 400 mil membros. Em 1924 foi fundado o Partido Comunista Indonésio (PKI) .

Em 1926, foi estabelecido um "clube de estudos gerais", em Bandung, que tinha como Secretário o recém-formado Engenheiro Sukarno. O clube começou a reformular a idéia de nacionalismo, de forma a atrair a nova elite urbana da Indonésia, enfatizando a luta pela independência, sem definição prévia em relação à ordem política e social a ser adotada posteriormente. Desta forma, o jovem Sukarno buscou unificar diferentes correntes nacionalistas, inclusive muçulmanos e comunistas. Em julho de 1927 foi fundada a Associação Nacionalista Indonésia, sob a presidência de Sukarno, que daria origem ao Partido Nacionalista Indonésio (PNI).

Nos anos 30, Sukarno foi duas vezes feito prisioneiro, tendo sido, na segunda delas, enviado para exílio em Flores e Sumatra. Disputas internas e a repressão holandesa forçaram o adiamento da luta pela independência, mas a ocupação da Holanda pela Alemanha e, principalmente, a invasão das Índias Orientais Holandesas pelo Japão, em 1942, quebraram a continuidade do domínio holandês e criaram novas condições para o nacionalismo indonésio.

A rendição do Japão possibilitou aos nacionalistas, sob a liderança de Sukarno e Mohamed Hatta, proclamarem a independência da Indonésia, em 17 de agosto de 1945. Seguiu-se prolongada luta armada contra as forças holandesas, que tentaram retomar a antiga possessão de ultramar. Apenas em agosto de 1949, os Países Baixos reconheceram a independência, transferindo a soberania sobre todas as Indias Orientais Holandesas à Indonésia, excetuada, temporariamente, a Nova Guiné Neerlandesa.

As fronteiras territoriais da Indonésia seriam posteriormente alteradas três vezes . A soberania indonésia sobre a Nova Guiné neerlandesa (Irian Jaya) foi proclamada em 1°. de maio de 1963, com sua incorporação oficial ao país ocorrendo em setembro 1969, após um período de transição. Em 1975, a Indonésia invadiu a ex-colônia portuguesa de Timor Leste, cuja integração formal ao país foi declarada em julho de 1976. A ONU, entretanto, não reconheceu a anexação. Após 23 anos sob domínio Indonésio, o território ganhou sua independência no referendo de 30 de agosto de 1999. Em 28 de outubro de 1999 foi formalizado o ato de separação do Timor Leste pela Assembléia Consultiva do Povo.

O antigo pleito indonésio de soberania sobre os mares que separam suas muitas ilhas recebeu reconhecimento internacional com a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em abril de 1982. Tal reconhecimento permitiu que a Indonésia declarasse as águas do arquipélago Zona Econômica exclusiva em 1983, mais que dobrando a área total do país.

Situação Política

Os primeiros quinze anos de história da Indonésia como país independente foram marcados por instabilidade política e declínio econômico. A república democrática liberal estabelecida em 1950 foi caracterizada por mudanças freqüentes nos gabinetes, revoltas regionais e programas econômicos fracassados. A situação deteriorou-se depois de 1959, quando o Presidente Sukarno dissolveu a Câmara de Representantes eleita por sufrágio e instituiu em seu lugar a Assembléia Consultiva Provisória do Povo. Essa era de "*democracia guiada*" *foi período de conflitos políticos, durante o qual a prudência* econômica ficou subordinada ao zelo revolucionário no processo decisório interno. Confrontações com a Malásia e os Países Baixos eram os pilares centrais da política externa. Esta situação culminou, em setembro de 1965, num golpe de estado fracassado, liderado por militares. À época, atribuíram o golpe ao Partido Comunista Indonésio (PKI), embora seu envolvimento nunca tenha sido comprovado. Muitos historiadores acreditam que o Partido foi usado como bode expiatório.

O golpe de setembro de 1965 marcou o fim da "Velha Ordem", como ficou conhecido o período Sukarno. Houve confrontação armada com os militares, com derramamento de sangue, durante a qual cerca de 750.000 alegados membros do PKI e organizações afiliadas foram mortos. Em março de 1966, a "Nova Ordem" foi estabelecida e o Poder Executivo do Governo foi transferido ao Major-General Suharto, que se tornou o Presidente em exercício em março de 1967, tendo sido reeleito para mais seis mandatos de cinco anos, o último dos quais teve início em 10 de março de 1998, com sua confirmação pela Assembléia Consultiva do Povo (MPR).

A crescente oposição ao regime, que se vinha intensificando nos dois anos precedentes, recebeu novo ímpeto com a severa crise econômica que atingiu o país em 1997. Quatro dias de manifestações em Jacarta, em meados de maio de 1998, serviram para convencer mesmo os mais leais defensores de Suharto de que alguma mudança era necessária. Em 21 de maio daquele mesmo ano, tendo perdido o apoio do alto Comando Militar, o Presidente renunciou em favor do Vice-Presidente B. J. Habibie.

Depois de empossado, Habibie teve de distanciar-se de seu mentor Suharto. Sua *sobrevivência dependia de sua habilidade de jogar com as facções responsáveis pela queda* de seu antecessor. Nesse grupo, se incluíam o Alto Comando Militar; os *policymakers* de economia e finanças do antigo Gabinete; as várias vertentes políticas islâmicas; os mercados as instituições financeiras multilaterais; os Governos doadores; e a oposição dos políticos, estudantes e ONGs, cuja pressão contribuíra para a queda de Suharto. Todas essas facções tinham razões para desconfiar de suas ligações com o ex-Presidente, sua reputação de despender dinheiro público em "elefantes brancos", construídos por seu império empresarial familiar na base da corrupção e nepotismo, assim como sua interferência na esfera militar.

Apesar de inúmeros gestos para garantir o apoio de tais grupos, Habibie não conseguiu assegurar totalmente a estabilidade de sua posição. O apoio dos diversos atores permaneceu condicional e o novo Presidente encontrava-se vulnerável a mudanças inesperadas. Apesar de atitudes populistas, Habibie não tinha real controle sobre as manifestações da sociedade civil. Sua fraqueza foi demonstrada pela última vez quando a Assembléia Consultiva do Povo (MPR) rejeitou, em outubro de 1999, seu relatório de governo. *Esse fato acabou com suas esperanças de reeleição e abriram caminho para a* eleição do Presidente Wahid.

Abdurrahman Wahid, líder religioso da organização islâmica Nadhlatul Ulama (NU), foi eleito em 2000, inaugurando uma nova fase do Estado indonésio, rompendo completamente com a chamada "Nova Ordem" de Suharto. Vinha com a proposta de lutar decisivamente contra a corrupção e democratizar a vida do país. No entanto, em 2001, sua saúde frágil, e sua incapacidade de controlar os conflitos políticos internos e conjurar as rebeliões separatistas, o levaram ao *impeachment*, tendo assumido a Vice-Presidente Megawati Sukarnoputri, filha do ex-Presidente Sukarno.

Megawati prosseguiu na democratização e na linha de respeito aos direitos humanos. Sob seu Governo, a Indonésia passou por firme e constante recuperação econômica. Megawati, no entanto, desapontou a população, com seu insucesso na luta contra os três flagelos da administração do país – corrupção, fraude e nepotismo, designadas pela sigla "KKN" (korupsi, kolusi, nepotism); e com sua incapacidade de promover melhorias na renda e no bem-estar da população indonésia. Em 20 de setembro de 2004, Megawati Sukarnoputri não conseguiu reeleger-se, tendo obtido a vitória Susilo Bambang Yudhoyono.

A eleição de Susilo Yudhoyono correspondeu a um desejo de mudança da sociedade indonésia, que espera que suas condições de vida melhorem e o flagelo da corrupção seja finalmente enfrentado. O Presidente Susilo é General da Reserva, tendo-se destacado intelectualmente, possuindo mestrado em administração, cursado em universidade norte-americana. Durante o Governo de Megawati, deteve posição semelhante a de um Ministro do Interior, tendo-se destacado por sua diligência.

Susilo é o primeiro Presidente eleito da Indonésia e foi sufragado por uma expressiva maioria da população.

Constituição e Instituições

A Indonésia é governada por uma Carta Magna promulgada em 1945 e baseada em cinco princípios que constituem a ideologia do Estado, denominada *Pancasila*: monoteísmo, humanitarismo, unidade de país, democracia e justiça social. A constituição também institui os seis principais órgãos do Estado: a Assembléia Consultiva do Povo (MPR); a Presidência e a Vice-Presidência da República; a Câmara de Representantes (DPR); o Conselho Supremo de Assessoria (DPA), a Banca Ouvidora do Estado (BPK) e a Corte Suprema. Sob o Governo Suharto as demais instituições ficaram subordinadas à Presidência da República, o órgão executivo mais alto do país.

Um comitê formado em 1999 na MPR fez emendas substantivas nos capítulos da Constituição relativos aos poderes da Presidência, limitando o Presidente a dois mandatos consecutivos de cinco anos e restringindo seus poderes legislativos. Como resultado, todas as novas leis somente são efetivas após a aprovação do DPR, e não após serem assinadas pelo Presidente, como era o caso. O Presidente mantém o direito de escolher seu Gabinete de Ministros, mas, contrariamente ao passado, somente mediante consultas à DPR.

A Assembléia Consultiva do Povo (MPR), , que se reúne anualmente, é órgão máximo do sistema político indonésio. Compõe-se de 700 membros, número constituído pelos 500 membros da DPR, 135 representantes regionais (cinco de cada província) e sessenta e cinco representantes de grupos de interesse. Os representantes regionais são designados pelas legislaturas provinciais e os membros de grupos de interesse, selecionados pela Comissão Geral das Eleições (KPU).

Economia

Do século XIX até a independência, o Governo colonial holandês administrou a Indonésia como um economia agrícola orientada para a exportação. Os elementos básicos do sistema incluíam a utilização da força para obrigar as vilas a produzirem cultivos comerciais e a alocarem a mão de obra para as grandes *plantations*, o emprego de mercadores de origem chinesa como administradores e coletores de impostos e a canalização do comércio exterior através de grandes empresas comerciais holandesas. No início do século XX, Java havia-se tornado uma enorme *plantation* de açúcar e o sistema havia sido estendido a outros produtos (café, estanho, borracha e petróleo), e a outras ilhas, principalmente Sumatra.

Os objetivos principais do primeiro Presidente da Indonésia independente, Sukarno, eram a consolidação da unidade e a restauração de um sentido de identidade nacional. A construção de edificações e monumentos nacionais e a realização de eventos grandiosos tiveram prioridade, às custas da administração da economia. A política econômica também apresentava características que podiam ser vistas como uma reação à *ekonomi kolonial*: intervencionismo microeconômico e a emergência e consolidação de redes de influência entre altos funcionários civis e militares, assim como entre os comerciantes chineses e o autoritarismo político.

No entanto, a retórica terceiro-mundista - que servia ao propósito de insuflar o orgulho indonésio - e as relações ambíguas com o Partido Comunista (PKI) eram vistas com temor pela burguesia e pelos investidores estrangeiros. No início dos anos 60, a Indonésia começou a enfrentar problemas com o excesso de endividamento externo, declínio das exportações e aumento da inflação.

Quando Suharto assumiu o poder, em 1965, reverteu várias políticas de Sukarno. A Indonésia foi um dos principais defensores da criação da ASEAN, em 1967, revertendo a política de confrontação com seus vizinhos. No campo econômico, Suharto conseguiu renegociar em condições favoráveis a dívida externa e obteve ajuda de países ocidentais (o caráter anticomunista do movimento de Suharto não deixava de ser uma vantagem no Sudeste Asiático nos anos 60). Muitos dos complexos regulamentos que emperravam a economia foram simplificados e, em 1967, foi adotada uma nova lei de investimento estrangeiro. Persistiram, no entanto, as características de intervencionismo e autoritarismo.

Graças à estabilização, às reformas e ao apoio externo, a economia indonésia teve um pequeno "milagre" com taxas elevadas de crescimento, aumento da poupança e investimento. A taxa de inflação caiu rapidamente e a rúpia se estabilizou.

A produção de petróleo aumentou, em parte graças a *joint ventures* de empresas estrangeiras com a estatal Pertamina (que perderia importância em 1975, dada a necessidade de resgate pelo governo em razão de seu endividamento excessivo).

Os investimentos, sobretudo industriais, continuaram a concentrar-se em Java, no centro político e econômico do país, mas o impacto foi grande em outras províncias. Sumatra, onde se localizavam as grandes *plantations* do Século XIX, assistiu ao desenvolvimento da indústria de gás natural, petróleo e mineração, ao lado das grandes propriedades agrícolas. A mineração e o petróleo mudaram ainda mais o panorama em Aceh, Riau, Kalimantan (Bornéu) e Irian Jaya. Em termos *per capita*, Kalimantan atraiu os maiores montantes de investimentos (madeira, petróleo, gás natural de carvão) e tornou-se

uma das províncias de mais rápido crescimento. Em contraste, Nusa Tenggara Barat (Lombok e Sumbawa), Nusa Tenggara Timur (Flores, Sumba e Timor Ocidental) e Timor Timur (Timor Leste) receberam menores níveis de investimento absoluto e per capita, e continuaram a ser as províncias menos desenvolvidas do país.

Apesar de o PIB *per capita* ter triplicado entre 1965 e 1990, quando cresceu à taxa média de 4,5% ao ano, a Indonésia ainda tem uma importância econômica inferior à que corresponde a um país com seu tamanho, posição geográfica e recursos naturais. Contrariamente aos demais "tigres" asiáticos, a economia indonésia ainda é substancialmente dependente de produtos primários. Além de produtor importante de petróleo, gás natural, estanho e borracha natural, a Indonésia exporta ampla gama de outros produtos básicos, como café, chá, tabaco, coco, cravo, noz moscada e óleo de palma.

A agricultura ainda é o principal empregador de mão de obra do país, embora tenha sua participação proporcionalmente modesta (18%) no PIB. O cultivo intensivo concentra-se em Java, Bali, Lombok e algumas áreas de Sumatra e Celebes. A mineração emprega relativamente poucos trabalhadores, mas responde por cerca de 12,5% do PIB e contribui substancialmente para a receita de exportações. A indústria de transformação aumentou sua participação para 25,4% do PIB. O processo de substituição de importações foi concentrado em bens de consumo não-duráveis (alimentos e têxteis) e alguns insumos, como fertilizantes e cimento. Não houve, na Indonésia, uma tentativa de estabelecer uma base industrial ampla, como no Brasil ou na Coréia do Sul.

Política Externa

Até meados dos anos 80, a Indonésia basicamente limitou sua política externa ao contexto regional da ASEAN. Manteve, assim, perfil discreto, desempenhando papel secundário, apesar de sua dimensão territorial e importância estratégica. Graças aos progressos no campo econômico, o Governo começou a buscar um papel internacional mais proeminente a partir da segunda metade dos anos 80. Presidiu o Movimento Não-Alinhado de 1992 a 1995 e teve papel preponderante no desenvolvimento do Fórum de Cooperação Econômica da Asia-Pacífico (APEC), tendo sido o país anfitrião de sua segunda Reunião de Cúpula, em novembro de 1994. A Indonésia também tomou a iniciativa em relação às disputas regionais no Camboja, Ilhas Spratlys e à insurgência islâmica do sul das Filipinas.

A política externa do Governo Megawati foi marcada pela nova realidade instalada após o Onze de Setembro. Treze meses depois, em 12 de outubro de 2002, a Indonésia seria a segunda vítima de uma grande ação terrorista certeira que atingiu, também aqui, um símbolo internacionalmente associado à imagem nacional – a ilha de Bali – e solapou a terceira maior fonte de renda do país - o turismo. A partir desse momento, a política externa indonésia colocou-se a passo com a interna, que passou a perseguir com máximo empenho os culpados de ações políticas violentas e a coibir severamente as ações dos focos de extremismo religioso.

A Indonésia já vinha debilitada internacionalmente pela crise econômica de 1997, a convulsão social que resultou na deposição de Suharto, a redemocratização com Wahid e nova desestabilização com seu *impeachment* e a assunção de Megawati. Sofria também com a má imagem internacional decorrente da ocupação de Timor e das violências praticadas no Timor Leste, já formalmente independente, antes da retirada das tropas indonésias. Por fim, a inteligência norte-americana e internacional havia associado a

organização Jemaa Islâmia, como afiliada à Al Qaeda. Verificou-se que cerca de 150 extremistas indonésios haviam cumprido estágios trienais nos campos de treinamento militar e instrução religiosa do regime taleban no Afeganistão, entre as décadas de 80 e 90.

Assim sendo, a diplomacia indonésia passou a afirmar o caráter moderado do Islã, especialmente o praticado no Sudeste da Ásia, e a singularizar como exceções e a condenar veementemente os movimentos extremistas de qualquer origem. Teve, ainda, a iniciativa de articular uma coordenação em matéria de segurança, no âmbito da ASEAN.

Em complemento à campanha de reforço de sua imagem internacional, transmitindo segurança na repressão ao terrorismo, e inequívoca oposição ao fundamentalismo religioso, a Indonésia passou a lutar, pela afirmação do caráter moderado e construtivo do mundo islâmico, no qual, como em qualquer outro universo religioso, o extremismo representa uma exceção, repudiada pela maioria. Megawati visitou a Tunísia e foi visitada pelo Presidente Bouteflicka, da Argélia, países onde o Islã tem uma feição moderada e reformista, na preparação de uma posição para a reunião da Organização da Conferência Islâmica, realizada em outubro passado em Kuala Lumpur.

Outras preocupações da diplomacia indonésia, nesta escala mais ampla de sua ação, foram o meio ambiente (sediou a IV Sessão Preparatória da Cúpula Mundial de Joanesburgo – Rio+10) e os direitos humanos, tendo, como Presidente da ASEAN, tomado iniciativas em favor da libertação líder oposicionista de Miamar, Aung San Suu Kyi, aprisionada meses antes, e cujo paradeiro era desconhecido. Sua tática de pressão, combinada com envolvimento do Governo miamá, resultou na melhora da condição da prisioneira, que reapareceu e foi colocada em prisão domiciliar, e que foi a seguir declarada livre, embora tenha recusado o benefício.

Em 24 de abril do corrente ano, a Indonésia celebrou o Jubileu de Ouro da Conferência de Bandung, com cerimônia realizada naquela cidade, com a presença de diversos Chefes de Estado e de Governo. As comemorações foram precedidas pela Cúpula Afro-Asiática, realizada em 22 e 23 de abril, em Jacarta.

Relações Brasil - Indonésia

As relações políticas bilaterais são cordiais e, com a superação da questão de Timor-Leste, tendem a aprofundar-se. As visitas ao Brasil do Presidente Wahid, em outubro de 2000, e do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Jacarta, em janeiro de 2001, proporcionaram considerável impulso aos laços bilaterais. A cooperação na área agrícola figura como um dos campos promissores para o aprofundamento das relações entre Brasil e Indonésia. A Indonésia, com 17.500 ilhas, revela-se promissor mercado para aviões regionais brasileiros.

O quadro de acordos entre os dois países ainda é reduzido. Brasil e Indonésia celebraram Declaração Econômica, em 13 de maio de 1961, e Memorando de Entendimento que estabelece Mecanismo de Consultas Bilaterais, em 18 de setembro de 1996. Está em negociação texto de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Comissão Mista de Cooperação Bilateral.

Em 12 de outubro de 2002, entre os desaparecidos com a explosão de uma bomba numa discoteca em Bali, que deixou mais de 180 mortos e 300 feridos, encontravam-se dois brasileiros: Alexandre Moraes Watake e o Sargento Marco Antonio Farias. *O atentado*

provocou intensa comoção na comunidade internacional e levou a Indonésia para o centro das discussões sobre a guerra contra o terror.

A Indonésia foi um dos países mais atingidos pelo maremoto de dezembro de 2004. O governo brasileiro contribuiu prontamente com ajuda humanitária às vítimas do tsunami. Em 9 de janeiro de 2005, chegou a Medan, na Indonésia, o primeiro avião brasileiro, transportando 16 toneladas de água e medicamentos. O Embaixador do Brasil em Jacarta realizou a entrega simbólica da carga ao Governador da Província de Norte-Sumatra. Encontrava-se nessa aeronave missão de reconhecimento brasileira, com vistas a colher informações sobre as dificuldades existentes em termos de logística, acomodação, abastecimento e sobre as prioridades de assistência em cada país (materiais, humanas, financeiras). Além de Medan, a missão visitou Phuket (Tailândia) e Colombo (Sri Lanka).

Dois cidadãos brasileiros – Marco Archer Moreira e Rodrigo Gularte – estão presos e condenados à morte pela Justiça indonésia, por tráfico de drogas. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou carta com pedido de clemência ao Presidente da Indonésia para o primeiro, que já teve sua pena confirmada em última instância. No momento, está sendo estudada a apresentação à parte indonésia de proposta de Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas, o que poderia resultar em benefícios para os dois cidadãos brasileiros.

Comércio Bilateral Brasil-Indonésia

US$ FOB	2000	2001	2002	2003	2004
Exportações	218.767.889	210.088.498	256.506.836	322.768.972	382.690.350
Importações	249.520.983	231.423.369	318.155.307	318.379.569	370.124.794
Total	468.288.872	441.511.867	574.662.143	641.148.541	752.815.144
Saldo	-30.753.094	-21.334.871	-61.648.471	4.389.403	12.565.556

O comércio bilateral tem crescido nos últimos 4 anos. Em 2004, o Brasil exportou US$ 382 milhões (+18,5%) para a Indonésia e importou US$ 370 milhões (+16%). O volume total do comércio atingiu US$ 752 milhões (+ 17,4%), seu melhor desempenho até hoje.

Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2004 foram: bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja; algodão não cardado nem penteado; fumo não-manufaturado; minérios de ferro aglomerados e seus concentrados; e pasta química de madeira de não coníferas.

Os principais produtos importados da Indonésia pelo Brasil em 2004 foram: borracha natural granulada ou prensada; fio texturizado de poliésteres; cacau; hulhas não aglomeradas; e óleos de *palmiste*.

Aviso nº 539 – C. Civil

Em 6 de junho de 2005

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Atenciosamente, – **Swedenberger Barrosa** Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interino.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 09 - 06 - 2005

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – DF
OS:13530 / 2005